



Coordenadores
Jorge Ulisses Jacoby Fernandes
Murilo Jacoby Fernandes

TERCEIRIZAÇÃO

Legislação, Doutrina e Jurisprudência
2ª edição

Área específica
Direito Administrativo.

A terceirização de serviços trouxe significativos ganhos para a gestão pública, com redução de custos e aumento da eficiência. Todavia, as vantagens auferidas começaram a ter expressiva redução nos últimos anos em razão de problemas atinentes ao cumprimento irregular dos contratos.

A IN SEGES/MP nº 5/2017 surge com o anunciado objetivo de fortalecer o planejamento nas aquisições e contratações de serviços no âmbito do Poder Executivo Federal de modo a privilegiar a melhoria da qualidade e da relação custo-benefício no uso de recursos públicos. Por diversos meios, está sendo induzida a ser modelo nacional, estabelecendo uma nova forma de iniciar as contratações, adequando-se a norma às determinações e recomendações das cortes de contas.

O livro sintetiza, na palavra das mais prestigiadas autoridades no assunto, as questões de maior relevância e acrescenta uma reflexão para discutir se o caminho de controle sobre efetivo contrato, para evitar riscos de sonegação, deve ser feito como vem sendo imposto.

Áreas afins

Terceirização de mão de obra no serviço público.
Direito administrativo, Constitucional, Trabalhista.

Público-alvo/consumidores

Gestores Públicos, Especialistas em Direito Administrativo e Constitucional, Órgãos de Controle.

FORMATO: 17 X 24 cm
CÓDIGO: 10001385

T315 Terceirização: Legislação, doutrina e jurisprudência / Jorge Ulisses Jacoby Fernandes, Murilo Jacoby Fernandes (Coord.). 2. ed. rev. ampl. Belo Horizonte : Fórum, 2018.

534 p.

ISBN: 978-85-450-0493-6

1. Direito Administrativo. 2. Terceirização. I. Jacoby Fernandes, Jorge Ulisses. II. Jacoby Fernandes, Murilo. III. Título.

CDD 341.3

CDU 342

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses; JACOBY FERNANDES, Murilo (Coord.). Terceirização: legislação, doutrina e jurisprudência. 2. ed. rev. ampl. Belo Horizonte: Fórum, 2018. 534 p. ISBN 978-85-450-0493-6.

SUMÁRIO

Prefácio.....	11
Apresentação à 2ª Edição	13
Capítulo 1 A evolução legislativa e os antecedentes jurisprudenciais que levaram à edição da IN SEGES/MP nº 5/2017	15
<i>Benjamin Zymler*</i>	
Introdução.....	17
1.1 Histórico normativo	18
1.2 Considerações gerais acerca da IN SEGES/MP nº 5/2017.....	21
1.3 Compreendendo o contrato de terceirização	25
1.3.1 Características do contrato de terceirização	25
1.3.2 Elementos identificadores dos serviços de natureza contínua	27
1.3.3 A cessão de mão de obra pela empresa contratada	28
1.4 Hipóteses de terceirização ilícita	29
1.4.1 Vedações à celebração de contrato de terceirização	29
1.4.2 Práticas e disposições vedadas	30
1.4.3 Consequências do desvio de função dos terceirizados.....	33
1.5 Responsabilidade da Administração Pública na terceirização de serviços.....	33
1.5.1 Possibilidade de responsabilização solidária por encargos previdenciários	34
1.5.2 Possibilidade de responsabilização subsidiária por encargos trabalhistas.....	34
1.5.3 Entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF) quanto à possibilidade de responsabilização da Administração Pública na terceirização de serviços.....	34
1.5.4. O alcance do Enunciado nº 331 do TST.....	35
1.5.5 Orientações do TCU.....	36
1.6 Regras sobre o prazo de duração dos contratos.....	37
1.6.1 Prazo de duração.....	37
1.6.2 Pesquisa de mercado	38
1.6.3 Situações em que não se admite a prorrogação contratual	38
Conclusão	39
Capítulo 2 O Termo de Referência: evolução histórica e a repercussão da IN SEGES/MP nº 5/2017	41
<i>Fabiano de Andrade Lima*</i>	
Introdução.....	43
2.1 Evolução histórica e a retomada do protagonismo das áreas de compras públicas.	44
2.2 A evolução e importância do planejamento da contratação.....	47
2.3 Busca por informações técnicas e a interação com o mercado fornecedor	53
2.4. Levantamento de mercado e justificativa da escolha do tipo e solução a contratar.....	54
2.5 A dimensão “qualidade” dos produtos ou serviços contratados.....	56
2.6 Do processo de gerenciamento de riscos, importância e impacto no processo de planejamento da contratação.....	60
Conclusão	63

Capítulo 3 Gerenciamento de Riscos na Contratação de Serviços e a IN SEGES/MP nº 5/2017	65
<i>Édison Franklin Almeida*</i>	
3.1 Por que gerenciar riscos?.....	69
3.2 O que são riscos?.....	70
3.3 Mensuração de um risco.....	72
3.4 Riscos e controles.....	73
3.5 Plano Anual de Contratações.....	73
3.6 O Mapa de riscos sugerido	74
3.7 O Processo de gerenciamento de riscos e as melhores práticas de gestão de risco.....	75
Capítulo 4 Critérios de sustentabilidade nas contratações.....	81
<i>Ketlin Feitosa de Albuquerque Lima Scartezini e Adriana Moreira Tostes Ribeiro</i>	
Introdução.....	83
4.1 Contextualização histórica: uma agenda global	83
4.2 Contextualização normativa	86
4.3 A inserção dos critérios de sustentabilidade nas compras públicas	88
4.4 O pioneirismo da IN SLTI/MP nº 1/2010	89
4.5 Decretos Regulamentadores nº 7.746/2012 e nº 9.178/2017	90
4.6 Outros Normativos que reforçam os critérios de sustentabilidade.....	91
4.7 Acórdãos do TCU e a exigência dos critérios de sustentabilidade	91
4.8 Gestão aperfeiçoada dos gastos é sustentabilidade	93
4.9 A IN SEGES/MP nº 5/2017 e os critérios de sustentabilidade	94
4.10 Artigos da IN SEGES/MP nº 05/2017 que se referem à sustentabilidade.....	97
4.11 Na prática	101
Conclusão.....	104
Capítulo 5 A Fase Interna e o Conteúdo do Instrumento Convocatório e da Minuta Contratual à Luz da Instrução Normativa nº 5/2017	107
<i>Karine Lílian de Sousa Costa Machado</i>	
Introdução.....	109
5.1 A Fase interna da licitação.....	110
5.2 Procedimentos do planejamento da contratação.....	112
5.3 Fase de seleção do fornecedor	116
5.4 Elaboração do ato convocatório	116
5.5 Diretrizes para elaboração do ato convocatório.....	117
5.5.1 Preâmbulo	118
5.5.2 Do objeto da licitação.....	118
5.5.3 Das condições de participação	118
5.5.4 Declarações	119
5.5.5 Regras de tratamento favorecido para Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e equivalentes.....	121
5.5.6 Formulação da proposta.....	121
5.5.7 Aceitabilidade da proposta vencedora	122
5.5.8 Julgamento das propostas.....	125
5.5.9 Desclassificação das propostas.....	127
5.5.10 Habilitação.....	130

5.5.11 Vedações	134
5.5.12 Controle.....	136
5.6 Credenciamento	137
5.7 Diretrizes para elaboração do instrumento contratual.....	139
5.7.1 Vigência	139
5.7.2 Reajuste e repactuação	142
5.7.3 Garantia de execução do contrato	146
5.7.4 Sanções contratuais	148
5.7.5 Pagamento	149
5.7.6 Direito e obrigações.....	149
Conclusão	150
Capítulo 6 Estruturando contratações eficientes com a nova IN SEGES/MP nº 5/2017: foco no problema e foco na solução.....	151
<i>André Pachioni Baeta*</i>	
Introdução.....	153
6.1 O Instrumento de medição de resultado.....	154
6.2 Estruturação da contratação.....	162
6.2.1 Obtendo sinergias com a consolidação da contratação de diversos serviços e bens com um único fornecedor.....	163
6.2.2 Utilizando o Poder de Compra Governamental.....	168
6.2.3 Associando aquisição com instalação e manutenção de equipamentos.....	169
6.2.4 Novas tecnologias, novos contratos	170
Conclusões e comentário finais	171
Capítulo 7 A fiscalização administrativa dos contratos e as atribuições dos gestores e fiscais sob o enfoque da nova IN SEGES/MP nº 5/2017	173
<i>Erivan Pereira de Franca*</i>	
7.1 Alcance da IN SEGES/MP nº 05/2017, de 26 de maio de 2017. A Portaria MP nº 409, de 21 de dezembro de 2016.....	175
7.2 Os agentes e as vertentes da fiscalização do contrato na IN nº 5/2017	178
7.3 O gestor do contrato de terceirização na Portaria MPDG nº 409/2016.....	180
7.4 Controles no âmbito da fiscalização administrativa. A mitigação dos riscos inerentes aos contratos de terceirização.....	181
7.5 Procedimentos de fiscalização administrativa na IN nº 5/2017: verificação do cumprimento das obrigações previdenciárias, perante o FGTS e as obrigações trabalhistas, relativas à mão de obra cedida.....	187
7.5.1 Controles no início da execução do contrato (Anexo VIII-B, item 2.1 "a" e "b"; e item 10.1).	187
7.5.2 Controles durante a execução do contrato. Comprovantes entregues somente quando solicitados pela Administração (Anexo VIII-B, item 2.1 "c"; item 9; e item 10.5).	188
7.5.3 Controles quando da extinção do contrato administrativo de terceirização (Anexo VIII-B, item 2.1). ..	188
7.5.4. Providências em caso de indícios de irregularidades (Anexo VIII-B, itens 6 e 7; item 9; e item 10.5). ..	189
7.6 Contraste com os procedimentos de fiscalização determinados pela Portaria MPDG nº 409/2016.....	189
7.6.1 Controles no início da execução do contrato (Art. 4º, D).....	190
7.6.2 Controles durante a execução do contrato.....	190
7.6.3 Controles quando da extinção do contrato administrativo de terceirização (Art. 2º, § 2º, VI, "e").....	192
7.6.4 Providências em caso de inadimplemento do contratado (Art. 2º, §§ 3º e 4º).....	193
7.7 Qual norma observar: a IN nº 5/2017 ou a Portaria MP nº 409/2016?.....	197

Capítulo 8 Duração dos Contratos Administrativos: Novos Paradigmas.....	199
<i>Murilo Jacoby Fernandes*</i>	
Introdução.....	201
8.1 A regra geral – limites subjetivos.....	201
8.2 Orçamento como instrumento da democracia.....	202
8.2.1 Sem orçamento ou com orçamento insuficiente: confronto de possibilidades de agir	202
8.2.2 Orçamento para licitar	202
8.3 A regra geral – limites objetivos	205
8.3.1 "Vigência do Respectivo Crédito"	205
8.3.2 Execução à conta do mesmo crédito mas além da vigência inicial	205
8.3.3 Contratos de prazo inferior a um ano	206
8.4 Objeto do contrato inserido no PPA	206
8.5 Vigência superior ao exercício financeiro ou prorrogação	207
8.6 Prestação de serviços a serem executados de forma contínua	208
8.6.1 Definição de serviço contínuo pela própria Administração	209
8.6.2 Período de vigência.....	210
8.6.2.1 Vigência coincidente com o ano civil	210
8.6.2.2 Contagem do prazo de vigência de contrato	211
8.6.2.3 Vigência superior a 12 meses	211
8.6.3 prorrogação excepcional dos contratos de serviços contínuos	213
8.6.4 Contrato com etapas internas e externas.....	213
8.7 Aluguel de Equipamentos e a Utilização de Programa de Informática	214
8.8 Contratos de locação de imóvel	215
8.9 Outros contratos típicos de direito privado.....	215
8.10 Vigência de até 120 meses – hipóteses dos inc. IX, XIX, XXVIII e XXXI do art. 24.....	216
8.10.1 Casos que não envolvem terceirização.....	216
8.10.2 Casos que podem envolver terceirização - incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo.....	217
8.11 Fornecimento contínuo.....	218
8.12 Dispositivos específicos sobre prazo na IN-05	219
8.12.1 Contrato por escopo.....	219
8.12.2 Objeto essencial para ser contínuo	219
8.12.3 Dos serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra	220
8.12.4 Prazo inicial de vigência.....	220
8.12.5 Contrato por prazo indeterminado	220
8.12.6 Direito a prorrogação do contrato	221
Conclusões	222
Capítulo 9 Reajuste, Repactuação e Revisão dos contratos de prestação de serviços.....	223
<i>Luiz Felipe Bezerra Almeida Simões*</i>	
Introdução.....	225
9.1 Institutos legalmente previstos para manutenção das condições efetivas da proposta e reequilíbrio contratual	225
9.2 Fatores que comprometem o equilíbrio econômico-financeiro	226
9.3 Contornos jurídicos do instituto do reajuste em sentido estrito	226

9.3.1 Incorporação da variação dos custos em período determinado.....	226
9.3.2 Termo inicial.....	227
9.3.3 Ausência de previsão no edital e no contrato.....	227
9.3.4 Documentos apresentados com o pedido de reajuste.....	227
9.4 Contornos jurídicos do instituto da repactuação.....	227
9.4.1 Periodicidade e marco inicial.....	228
9.4.2 Ausência de previsão no edital e no contrato.....	229
9.4.3 Necessidade de planilha.....	230
9.4.4 Requisitos essenciais do pedido.....	231
9.4.5 Formalização e publicidade.....	232
9.4.6 Efeitos financeiros da repactuação.....	232
9.4.7 Prorrogação contratual e renúncia ao direito de repactuação (preclusão lógica).....	233
9.4.8 Justificativa do preço na prorrogação contratual.....	234
9.5 Revisão contratual / teoria da imprevisão.....	234
9.5.1 Contornos jurídicos do instituto da revisão.....	235
9.5.2 Requisitos essenciais do pedido.....	236
Capítulo 10 Treinamento sob o enfoque da IN SEGES/MP nº 5/2017.....	237
<i>Ana Luiza Jacoby Fernandes*</i>	
Introdução.....	239
10.1 A exigência do treinamento do terceirizado pela empresa contratada.....	240
10.2 O treinamento do terceirizado pelo órgão.....	240
10.3 O treinamento dos agentes públicos.....	242
10.3.1 Novos agentes de fiscalização de contratos com terminologia própria.....	242
10.3.2 Responsabilidades novas e novos atores exigem novos treinamentos.....	243
10.3.3 Avaliação pelo público usuário – um passo além para o futuro.....	244
10.4 Requisição de treinamento.....	245
10.4.1 Treinamento fechado.....	245
10.4.2 Treinamento aberto.....	246
10.5 Treinamento e sua influência na mitigação da solução de continuidade dos serviços contínuos.....	248
10.6 Boas práticas da IN SEGES/MP nº 5/2017 para treinamentos.....	249
10.7 Treinamento contínuo?.....	250
Conclusão.....	251
Capítulo 11 Aspectos práticos de utilização da nova Instrução Normativa de Contratação de Serviços.....	253
<i>Wéberson Silva*</i>	
11.1 Âmbito de aplicação e diretrizes da IN nº 5/2017.....	255
11.2 Disposições gerais.....	256
11.3 Responsabilidades trabalhistas e previdenciárias na terceirização.....	258
11.4 O procedimento de contratação.....	259
11.5 A execução do planejamento da contratação.....	261
11.6 A equipe de planejamento da contratação.....	261
11.7 Os estudos preliminares.....	262
11.8 Gerenciamento de Riscos.....	263
11.9 A Simplificação da seleção do fornecedor.....	264

11.10 O Instrumento de Medição de Resultado	265
11.11 A Gestão e Fiscalização dos contratos.....	266
11.12 Instrumentos pendentes de complementação normativa	267
11.13 Obrigatoriedade de instrumento para garantias do direito do trabalhador	267
11.14 A vigência e a regra de transição	267
Conclusão.....	268
Capítulo 12 Estamos no caminho do aperfeiçoamento das contratações de serviços pela Administração Federal?	269
<i>Jorge Ulisses Jacoby Fernandes*</i>	
12.1 Da gestão do estado Brasileiro	271
12.1.1 Quais instrumentos de gestão pública o país possui?	271
12.1.2 Quem está gerindo o país?.....	272
12.1.3 O necessário avanço do sistema de controle possui diretriz de gestão profissional ou é casuístico?	273
12.1.4 A IN SEGES/MP nº 5/2017 se coloca em linha com a gestão sistêmica do Estado?	274
12.2 A reforma administrativa de 1967	274
12.3 O Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado	275
12.4 Enfoque constitucional	278
12.5 Enfoque original da Lei nº 8.666/1993	279
12.5.1 O retorno à Administração Contratada	279
12.5.2 A responsabilidade pelos encargos incidentes	281
12.5.3 Mas a quem compete a fiscalização desses temas?	282
12.6 Enfoque da nova lei de licitações	284
12.7 O que você pode fazer?	284
A título de conclusão	285
Capítulo 13 LEGISLAÇÃO E NORMAS PERTINENTES.....	287
<i>Organização e índice: Jorge Ulisses Jacoby Fernandes*</i>	
Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967.....	289
Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974	289
Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.....	294
Decreto nº 1.094, de 23 de março de 1994.....	340
Decreto nº 2.271, de 07 de julho de 1997	342
Instrução Normativa nº 5, de 25 de maio de 2017	344
Anexos.....	361
Portaria nº 409, de 21 de dezembro de 2016	438
Portaria nº 213, de 25 de setembro de 2017	442
Sobre os Autores	444
Sobre as Instituições de Apoio	449
ELO CONSULTORIA EMPRESARIAL E PRODUÇÃO DE EVENTOS.....	449
INSTITUTO PROTEGE	450
Referências	451
Índice de Assuntos	463